



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL - CER DELIBERAÇÃO DE COMISSÃO 006/2025

HISTÓRICO - DELIBERAÇÃO

A Comissão Eleitoral Regional - CER realiza a análise de determinado requerimento de registro de candidatura.

PARECER - DELIBERAÇÃO

Considerando que a Comissão Especial Eleitoral Regional - CER é um órgão auxiliar do Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, caracterizada como Comissão Especial, conforme disposto nos artigos 179 a 181 do Regimento Interno do Crea-PR.

Considerando que o Art. 191 do Regimento Interno do Crea-PR, dispõe:

Art. 191. A Comissão Eleitoral Regional tem por finalidade executar os processos eleitorais no âmbito da jurisdição do Crea, relativo às eleições de presidente de Crea e de conselheiro federal estabelecidos de acordo com resolução específica.

Considerando que o Art. 192. do Regimento Interno do Crea-PR, dispõe:

Art. 192. A Comissão Eleitoral Regional é subordinada à Comissão Eleitoral Federal – CEF.

Considerando que o Art. 33 da Resolução nº 1.114, de 26 de abril de 2019, dispõe:

Art. 33. A Comissão Eleitoral julgará o requerimento de registro de candidatura, apreciando as razões expostas nas impugnações apresentadas e respectivas contestações, formando sua convicção com amparo no presente regulamento eleitoral, pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes do processo, ainda que não alegados, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento.

Parágrafo único. As condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade serão verificadas pela Comissão Eleitoral quando do julgamento do registro de candidatura, independentemente de apresentação de impugnação.

Considerando que conforme consta no Anexo da Decisão Plenária nº PL-0178/2025, 23 de maio de 2025 (sexta-feira) corresponde à data-limite para as Comissões Eleitorais julgarem os requerimentos de registro de candidatura, verificando as condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade, independentemente de apresentação de impugnação, apreciando as razões expostas nas impugnações apresentadas, se houver, e respectivas contestações, formando sua convicção com amparo nos regulamentos eleitorais, pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes do respectivo processo, ainda que não alegados, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento (art. 33 e parágrafo único, da Resolução nº 1.114, de 2019 - Regulamento Eleitoral).

Considerando que conforme extrato de parecer jurídico específico apresentado em atenção ao presente caso:

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado com vistas à análise dos requisitos formais para à candidatura ao cargo de Conselheiro Federal e seu respectivo Suplente, em forma de chapa. Conforme consta da Resolução nº. 1.114/2019 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, configura-se como pressuposto para concorrer à eleição o preenchimento das seguintes condições:

(...)

2. Em análise à documentação apresentada e aos requisitos acima descritos, verifica-se que os candidatos, após notificados para a formação de chapa, foi indicado como suplente o candidato Gerson dos Santos Antivere Junior, como exige o art. 24 da Resolução 1.114/2019, o qual já havia também registrado seu requerimento de candidatura no prazo previsto no calendário eleitoral.

3. Em análise às certidões do poder judiciário, a certidão cível emitida pelo 2º Distribuidor da Justiça Estadual de Curitiba aponta a existência de uma ação judicial em nome do Candidato Pedro Foltran Neto, tratando de uma ação de usucapião em que o candidato é autor, não se enquadrando nas ações previstas no art. 29 da Resolução 1.114/2019 que tornam o candidato inelegível, nos termos da Deliberação CEF nº 31/2022: “o aludido apontamento, no caso, é de um processo de Execução Fiscal, conforme consta na Certidão Cível e Criminal fornecida pela Justiça Federal de 1º grau da circunscrição do domicílio do candidato [...], e que não tem o condão de atrair alguma hipótese de inelegibilidade, de acordo com o demonstrado através de certidão circunstanciada apresentada pelo titular da chapa”; “mesmo se não tivesse sido juntada a certidão circunstanciada (certidão de 27 Resolução nº 1.114, de 2019 – Regulamento Eleitoral Anotado e comentado objeto e pé), no presente caso concreto, a ausência do documento não poderia ser causa de indeferimento do registro de candidatura do interessado, em atenção ao princípio do formalismo moderado”.

4. Em análise aos demais documentos e requisitos, verifica que o candidato suplente Gerson dos Santos Antivere Junior, não possui 3 anos de vínculo com a entidade de classe, contados da convocação da eleição, que ocorreu em 11/03/2025, exigência prevista na alínea “e” do art. 26 da Resolução 1.114/2019, tendo apresentado certidão cuja associação ocorreu em 20/04/2022.

5. Limitando-se a estes itens, em relação aos Candidatos PEDRO FOLTRAN NETO E GERSON DOS SANTOS ANTIVERE JUNIOR opinamos pelo indeferimento do registro de candidatura, tendo em vista que o candidato suplente não possui 3 anos de vínculo com a entidade de classe, contados da convocação da eleição, que ocorreu em 11/03/2025, não preenchendo, portanto, a condição prevista na alínea “e” do art. 26, uma das condições de elegibilidade.

Considerando que o assunto foi pautado para deliberação da Comissão Eleitoral Regional - CER em sua reunião nº 04, conforme item 3.1 "Requerimentos de registro de candidaturas".

DECISÃO - DELIBERAÇÃO

Por indeferir o registro de candidatura de PEDRO FOLTRAN NETO E GERSON DOS SANTOS ANTIVERE JUNIOR para concorrerem ao cargo de Conselheiro Federal, tendo em vista que o candidato suplente não possui 3 anos de vínculo com a entidade de classe, contados da convocação da eleição, que ocorreu em 11/03/2025, não preenchendo, portanto, a condição prevista na alínea “e” do art. 26, uma das condições de elegibilidade.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Regina Cabel, Conselheiro(a) do Crea-PR**, em 21/05/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site www.crea-pr.org.br/sei-autentica, informando o código verificador **2100648** e o código CRC **5A3EA529**.